

“Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?”: mulheres idosas alfabetizadas na EJA apropriando-se de práticas matemáticas hegemônicas

“And the beer? Don't you want to check the expiration date?”: elderly women literacy students at YAE appropriating hegemonic mathematical practices

“¿Y la cerveza? ¿No quieres comprobar la fecha de caducidad?”: ancianas alfabetizando en la EJA apropiándose de prácticas matemáticas hegemónicas

“Et la bière? Vous ne voulez pas vérifier la date d'expiration?”: des femmes âgées alphabétisées à l'EJA s'approprient des pratiques mathématiques hégémoniques

Flávia Cristina Duarte Pôssas Grossi¹
Instituto Federal de Minas Gerais
Doutora em Educação
Id orcid: 0000-0001-5340-1308

Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca²
Universidade Federal de Minas Gerais
Doutora em Educação
Id orcid: 0000-0002-5702-7189

Resumo

O objetivo deste artigo é focalizar mulheres idosas alfabetizadas na Educação de Pessoas Jovens Adultas e Idosas (EJA), apropriando-se de práticas matemáticas hegemônicas, a que chamamos *práticas de numeramento* para destacar sua natureza discursiva. Analisamos a participação dessas mulheres nas interações discursivas durante uma atividade escolar proposta pela professora e desenvolvida dentro de um supermercado, que incluía fazer a leitura de prazos de validade de produtos industrializados. Essas interações, por sua dimensão histórica e por envolverem práticas matemáticas, são identificadas como *eventos de numeramento*. A atividade foi registrada em áudio, vídeo e apontamentos em diário de campo, e as interações foram cuidadosamente transcritas a partir desses registros. Nossa reflexão assume as contribuições teóricas dos estudos sobre envelhecimento, letramento e numeramento, apropriação de práticas sociais e constituição do sujeito e implica uma análise social do discurso. Nesta análise, tensionamos perspectivas sobre os processos de envelhecimento feminino e a produção de significados nas ações sociais que as alfabetizadas protagonizam quando se posicionam discursivamente e elaboram uma compreensão de como funciona o sistema de datação e dos

¹ fcdpossas@gmail.com

² mcfrfon@gmail.com

significados semânticos e pragmáticos do registro de prazos de validade nas embalagens de produtos postos à venda. Assim, consideramos essa apropriação como instância de expressão dessas mulheres – e de sua continuada constituição – como sujeitos de aprendizagens e conhecimentos; de vivências e culturas; de memórias e esquecimentos; de direitos e expectativas.

Palavras-chave: Mulheres idosas, Escolarização de pessoas idosas, Apropriação de práticas de numeramento escolares, Práticas matemáticas como práticas discursivas, Leitura e escrita de prazos de validade.

Abstract

The aim of this paper is to focus on elderly women learning literacy in Youth and Adult Education (YAE) appropriating hegemonic mathematical practices, which we call *numeracy practices* to highlight their discursive nature. We analyze the participation of these women in the discursive interactions that took place during a school activity proposed by the teacher and developed inside a supermarket, which involved reading the expiry dates of industrialized products. These interactions, due to their historical dimension and because they involve mathematical practices, are identified as *numeracy events*. The activity was recorded in audio, video and notes in a field diary and the interactions were carefully transcribed from these records. Our reflection assumes the theoretical contributions of studies on aging, literacy and numeracy, appropriation of social practices and constitution of the subject, proceeding with a social analysis of discourse. In this analysis, we discuss perspectives on the female aging processes and the production of meanings in social actions that literacy students carry out when they position themselves discursively, producing an understanding of dating system functioning and the semantic and pragmatic meaning of recording expiration dates on the labels of products for sale. Thus, we consider this appropriation as an instance of expression of these women – and of their continued constitution – as subjects of learning and knowledge, of experiences and culture, of memories and forgetfulness, of rights and expectations.

Keywords: Elderly women, Schooling of elderly people, Appropriation of school numeracy practices, Mathematical practices as discursive practices, Reading and writing of expiration dates for products.

Resumen

El objetivo de este artículo se centra en las ancianas en el proceso de alfabetización en la Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EJA), apropiándose de prácticas matemáticas

hegemónicas, que denominamos *prácticas de numeramiento* para resaltar su carácter discursivo. Analizamos la participación de estas mujeres en las interacciones discursivas que ocurrieron durante una actividad escolar propuesta por la docente y desarrollada en el interior de un supermercado, que consistía en leer las fechas de caducidad de productos industrializados. Estas interacciones, por su dimensión histórica y por involucrar prácticas matemáticas, se identifican como *eventos de numeramiento*. La actividad se registró en audio, video y notas en un diario de campo y las interacciones se transcribieron cuidadosamente a partir de estos registros. Nuestra reflexión asume los aportes teóricos de los estudios sobre envejecimiento, lectoescritura y aritmética, apropiación de prácticas sociales y constitución del sujeto, procediendo con un análisis social del discurso. En este análisis, destacamos perspectivas sobre los procesos de envejecimiento femenino y sobre la producción de significados en las acciones sociales que realizan las alfabetizadas cuando se posicionan discursivamente, produciendo una comprensión del funcionamiento del sistema de datación y el significado semántico y pragmático del registro de fechas de caducidad en el embalaje de los productos para la venta. Así, consideramos esta apropiación como una instancia de expresión de estas mujeres – y de su constitución continua – como sujetos de aprendizajes y conocimiento, de experiencia y cultura, de memoria y olvido, de derecho y expectativa.

Palabras clave: Ancianas, Escolarización de personas ancianas, Apropiación de prácticas numeramiento escolares, Prácticas matemáticas como prácticas discursivas, Lectura y escritura de fechas de caducidad.

Résumé

L'objectif de cet article est de mettre l'accent sur les femmes âgées apprenant à lire dans l'Éducation des jeunes adultes et des personnes âgées (EJA), s'appropriant des pratiques mathématiques hégémoniques, que nous appelons *pratiques de numératie* pour souligner leur nature discursive. Nous avons analysé la participation de ces femmes aux interactions discursives survenues lors d'une activité scolaire proposée par l'enseignante et développée à l'intérieur d'un supermarché, qui consistait à lire les dates de péremption des produits industrialisés. Ces interactions, de par leur dimension historique et parce qu'elles impliquent des pratiques mathématiques, sont identifiées comme des *événements de numératie*. L'activité a été enregistrée en audio, vidéo et notes dans un journal de terrain et les interactions soigneusement transcrites à partir de ces enregistrements. Notre réflexion assume les apports théoriques des études sur le vieillissement, la littératie et la numératie, l'appropriation des

pratiques sociales et la constitution du sujet, en procédant à une analyse sociale du discours. Dans cette analyse, nous soulignons les perspectives sur les processus de vieillissement féminin et sur la production de sens dans les actions sociales que les réalisent lorsqu'elles se positionnent discursivement, produisant une compréhension du fonctionnement du système de datation et du sens sémantique et pragmatique de dossiers de date d'expiration sur les emballages des produits destinés à la vente. Ainsi, nous considérons cette appropriation comme une instance de expression de ces femmes – et de leur constitution continue – en femmes de apprentissages et de connaissance, d'expériences et de culture, de mémoires et d'oublis, de droits et d'attentes.

Mots-clés: Femmes âgées, Scolarisation des personnes âgées, Appropriation des pratiques scolaires en numératie, Pratiques mathématiques comme pratiques discursives, Lecture et écriture des dates d'expiration.

“Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?”: mulheres idosas alfabetizadas na EJA apropriando-se de práticas³ matemáticas hegemônicas

A proposta deste artigo é focalizar um público da Educação Básica para o qual só muito recentemente a pesquisa em Educação Matemática começou a voltar sua atenção investigativa: as pessoas idosas⁴ que foram excluídas do sistema educacional quando crianças ou adolescentes e que se dispõem a uma vivência escolar na maturidade⁵. A despeito das especificidades de suas condições, intenções e disposições em relação à Educação, destacadas no artigo 21 da Lei 10.741/03 (2003), conhecida como Estatuto do Idoso, não existe uma política pública educacional voltada especialmente para o atendimento dessas pessoas no sistema escolar (Oliveira, 2013). As pessoas idosas que desejam iniciar ou concluir sua Educação Básica são, então, inseridas em iniciativas de oferta de Ensino Fundamental ou Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), como qualquer pessoa acima de 15 ou 18 anos que não tenha concluído respectivamente cada uma dessas etapas, conforme estabelece o Parecer CNE/CEB 11 (Ministério da Educação [MEC], 2000).

Esse documento destaca que essa modalidade de ensino deve dar oportunidade para que adolescentes, jovens, pessoas adultas e idosas atualizem seus conhecimentos, mostrem suas habilidades, troquem experiências e acessem novas oportunidades de trabalho e cultura. Portanto, a EJA representaria “uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas de todas as idades” (MEC, 2000, p.10). O Parecer enfatiza a inclusão das pessoas idosas no direito à educação, reiterando que “a EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações” (p. 10).

Todavia, o público de pessoas idosas apresenta características específicas e diferentes necessidades educacionais, as quais não são contempladas explicitamente nos documentos

³ Neste texto, todas as vezes em que utilizamos a palavra “prática” na composição de expressões como “prática social”, “prática sociocultural”, “prática discursiva”, “prática matemática”, “prática escolar”, “prática de numeramento”, referimo-nos a ações humanas, consideradas, porém, como dotadas e produtoras de significados culturais, referenciadas em argumentos ideológicos e parametrizadas por relações de poder, sendo, pois, sustentadas “por princípios epistemológicos socialmente construídos” (Marinho, 2010, p. 78).

⁴ De acordo com os documentos oficiais que se referem a direitos e deveres vinculados à questão do envelhecimento no Brasil, são consideradas idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Contudo, em nosso estudo, compreendemos o envelhecimento como um processo relacional que envolve dimensões históricas, sociais, culturais e econômicas, além de aspectos físicos, funcionais e mentais. Ao longo do trabalho de campo que o subsidia, identificamos posicionamentos discursivos, protagonizados pelas alfabetizadas, que as colocavam numa relação não estática (ora de pertencimento, ora de negação) com esse ciclo da vida, suas condições e restrições, e com a natureza processual do envelhecimento.

⁵ Na busca por pesquisas que abordassem a relação entre envelhecimento e conteúdos escolares específicos, em especial a matemática escolar, empreendida no Banco de teses e dissertações da CAPES, sem limite temporal, encontramos apenas trabalhos produzidos a partir de 2011: Caroline Buaes (2011), Flavia Grossi (2014, 2021), Luciano Lima (2015), Gizele Martins (2016), Rômulo Manguiera (2017) e Matheus Scagion (2018).

oficiais e, muito menos, consideradas na elaboração e no desenvolvimento das propostas curriculares. Entretanto, essas pessoas, nas salas de aula, aportam às discussões sobre o papel da escolarização outros elementos que fogem à perspectiva da inserção, da reinserção ou do reposicionamento no mercado de trabalho. Elas explicitam demandas de apropriação de práticas socialmente valorizadas em sociedades marcadas pelas culturas do escrito (Galvão, s.d.), por isso chamadas de *sociedades grafocêntricas* (Soares, 2001). Com efeito, nessas sociedades, nos diferentes modos de conhecer e lidar com o mundo, com as pessoas e com as situações, supervaloriza-se a escrita como instrumento que viabiliza e/ou legitima as práticas sociais. Isso ocorre em diferentes contextos, sejam eles escolares ou não, e até mesmo naqueles que não fazem uso direto da tecnologia da escrita.

Entretanto, as demandas por apropriação de práticas letradas da população idosa que chega hoje às salas de aula refletem a associação direta entre taxas de analfabetismo e os grupos etários, que denuncia uma herança de exclusão escolar de grandes contingentes da população, que persistiu no Brasil ainda na segunda metade do século XX. O Informativo publicado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019) aponta que a taxa de analfabetismo – 18,0%, equivalendo a quase 6 milhões de analfabetos – entre as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos é consideravelmente maior que essa taxa em outros grupos etários, decrescendo à medida que os cortes etários incluem pessoas mais jovens⁶.

De modo especial, a situação das mulheres idosas reflete também as intensas e persistentes desigualdades entre mulheres e homens, que atravessam diversos marcadores sociais (étnicos, raciais, de classe, geracionais, religiosos, profissionais, entre outros), os quais definem as possibilidades de relação entre as pessoas e delas com os conhecimentos e as instituições, em diversas instâncias da vida social – entre elas, o espaço escolar.

É por terem vivido num contexto de privações, restrições e exclusões que mulheres em processo de envelhecimento, não alfabetizadas, veem a educação também como meio de transpor uma condição social que, de uma maneira geral, não lhes é favorável. Muitas delas, tendo sido privadas da educação escolar quando crianças ou adolescentes, procuram a escola na idade adulta ou mesmo na velhice, configurando a EJA em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, que, ao lado de suas funções de formação profissional (Arroyo, 2017) e de

⁶ A PNAD-2019 (IBGE, 2019) indica as seguintes taxas de analfabetismo quando estabelece outros cortes etários: 6,6% no público de 15 anos ou mais; 7,9% no público de 25 anos ou mais; e 11,1% no público de 40 anos ou mais.

agência privilegiada de letramento (Soares, 2001), apresenta-se como um importante espaço de busca por inclusão social e cultural.

Entretanto, as situações sociais de uso da leitura e da escrita demandam cada vez mais conhecimentos que envolvem práticas de quantificação, medição, orientação e classificação (D'Ambrosio, 1997). Essas práticas compõem os modos de usar a língua escrita e são por eles constituídas, não apenas porque as representações matemáticas estão presentes nos textos escritos, mas porque a própria cultura escrita, que as constitui, “é também permeada por princípios calcados numa mesma racionalidade que forja ou parametriza as práticas ditas numeradas e que é por elas reforçada” (Fonseca, 2009, p. 55).

As informações contidas nos textos escritos que circulam nas mais diversas instâncias da vida social refletem os modos como aquelas(es) que os escrevem – e aquelas(es) que, presumivelmente deverão lê-los – se relacionam com o mundo e com a sociedade. É possível perceber como as representações, as referências e os argumentos que estruturam ou, simplesmente, aparecem nesses textos “estão frequentemente associados a ideias, símbolos e critérios que se relacionam com aquilo que aprendemos a chamar de ‘matemática’ no contexto escolar” (Fonseca, 2017, p. 110). Interessadas em discutir a relação de mulheres idosas estudantes na EJA com as práticas escolares e tomando a escola como agência de letramento numa sociedade grafocêntrica, consideramos importante refletir também sobre a relação dessas mulheres com tais ideias, símbolos e critérios matemáticos que permeiam os textos que circulam nessa sociedade e os investem de valores e de “modos cartesianos de pensar o mundo” (p. 110). Esses valores e esses modos de pensar e dizer o mundo (Freire, 1982) se estabelecem como estruturantes das práticas sociais em que tais textos se inserem – e, assim, das práticas sociais de que participam as estudantes idosas na EJA.

Considerando a escola como agência privilegiada de letramento, este artigo identifica nas práticas matemáticas – tomadas como práticas discursivas e, como tal, socioculturais – um componente decisivo na configuração das relações nas sociedades *grafocêntricas* – que referenciam nas culturas do escrito as condutas socialmente valorizadas – e *quantificadas* – que concedem à quantificação o poder decisório nas diversas ações da vida social. Assim, quando focaliza mulheres idosas protagonizando modos de apropriação de tais práticas num projeto institucional de alfabetização, busca confrontar os desafios de reconhecer e garantir o direito das pessoas idosas à educação escolar.

Por isso, às práticas matemáticas chamaremos aqui práticas de numeramento, para destacar sua natureza discursiva e sua inserção no conjunto das práticas de letramento. Portanto, ao focalizar um grupo de mulheres idosas, alfabetizadas na EJA, apropriando-se de práticas

de numeramento escolares – práticas discursivas que envolvem ideias, critérios, representações e procedimentos que associamos à disciplina Matemática –, tomamos tal apropriação como uma possibilidade de conquista e validação de direitos, oportunizada pela aquisição de um sistema linguístico – no caso, o sistema de datação na leitura de prazos de validade estampados em rótulos de produtos industrializados.

Essa disposição de investigar seus modos de apropriação de práticas escolares – em especial de práticas matemáticas escolares – insere-se num esforço de focalizar essas estudantes como mulheres de aprendizagem e de conhecimento, de vivências e de cultura, de memória e de esquecimento, de direitos e de expectativas.

Os caminhos teórico-metodológicos

O material empírico da investigação que subsidia a reflexão que aqui propomos foi produzido por meio de uma etnografia de sala de aula (Bloome, 2012) realizada em uma turma de Alfabetização na modalidade EJA do Instituto ABC (Amigos do Bem Coletivo), no pequeno município de Barroso, no interior do estado de Minas Gerais. Além de desenvolver ações sociais que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social, o Instituto também oferece diversas turmas de Ensino Fundamental para pessoas jovens, adultas e idosas. Nós acompanhamos uma turma de Alfabetização composta por 12 mulheres, com idade variando entre 53 e 91 anos. A observação das aulas, durante todo o ano letivo de 2018, foi a principal técnica de investigação, embora outras técnicas e ações também tenham sido utilizadas durante o processo de produção do material empírico: entrevistas semiestruturadas, apontamentos em diário de campo, consulta a documentos escolares, coleta e análise de materiais didáticos e da produção escrita das estudantes.

Para este artigo, selecionamos uma interação discursiva entre as muitas em que identificamos essas mulheres idosas, alfabetizadas na EJA, posicionando-se discursivamente em relação a ideias, conhecimentos, critérios, procedimentos ou representações que de algum modo se associam à matemática hegemônica. A esses eventos chamamos *eventos de numeramento*. Os eventos não são, todavia, situações fortuitas ou episódicas, pois, “envolvendo modos de usar a língua, eles se inserem em um contexto histórico; e carregam e produzem uma história, por serem protagonizados por sujeitos históricos, cuja ação também faz a história continuar o seu curso” (Fonseca & Grossi, 2023, p. 487).

Tomando os discursos em geral e, em particular, aqueles que mobilizam e produzem matemáticas como prática social, consideramos que, nesses eventos, as participantes

apropriam-se de práticas discursivas de numeramento e, portanto, focalizá-los nos ajuda a compreender as dinâmicas de aprendizagem que neles se forjam e conhecer as pessoas que as protagonizam nesse contexto educativo.

É importante esclarecer, porém, que, ao compreender as dinâmicas de aprendizagem matemática como apropriação de práticas de numeramento, não as consideramos como um exercício cognitivo individual. Entendemos que seus processos se configuram como ação sociocultural, e, assim, as análises dos modos como as pessoas se apropriam de práticas de numeramento não podem

circunscrever-se à abordagem da apreensão das dimensões sintáticas e semânticas dos conhecimentos matemáticos, mas devem considerar que as relações de sujeitos e grupos com esses conhecimentos produzem-se em mecanismos discursivos, regidos pelas intenções pragmáticas de sua produção, sua distribuição, seus usos e suas repercussões. (Fonseca & Grossi, 2023, p. 489)

A concepção de apropriação de práticas sociais que aqui adotamos baseia-se nos estudos que Smolka (2000) faz da obra de Vigotski, especialmente quando ela se volta para a compreensão dos significados das ações humanas. Essa concepção de apropriação nos permite contemplar os múltiplos sentidos das ações dos sujeitos, a partir das posições que assumem nas práticas sociais de que participam. Mesmo que cada indivíduo disponha de ferramentas específicas e únicas para reconstruir essas práticas sociais internamente, é nas vivências socioculturais dos sujeitos e nos contextos discursivos das interações de que participam e nas quais se apropriam de práticas sociais que as posições assumidas pelos indivíduos são constituídas. E essas posições também os constituem, numa relação sempre dialética (Smolka, 2000).

A dimensão relacional da apropriação das práticas discursivas nos permite observar, nos jogos interlocutivos, a relação da apropriação com a significação. Apropriar-se de uma prática supõe produzir significados que permitem incorporar aquela prática ao seu sistema de mundo – composto pelas vivências individuais, porém forjadas nas relações entre pessoas e grupos, marcadas pelas culturas e pelas relações de poder. Assim, a adoção do conceito de apropriação atende a uma disposição de compreender aquelas alfabetizadas idosas em suas singularidades, mas também como sujeitos sociais. Isso requer uma compreensão de sujeito que encontramos ao longo da obra de Paulo Freire (1974, 1979, 1982, 1992, 2000). Ainda que não se identifique nos escritos do autor o uso da expressão “sujeito social”, compreendemos que esse construto se nutre das elaborações de Freire (1979, 1992) sobre o sujeito dialógico, o sujeito de cultura (1974, 2000), o sujeito do processo (1979), o sujeito de conhecimento (1974, 1979, 1982) e,

enfim, o sujeito histórico (1974, 1992, 2000), que vemos configurar-se quando aquelas mulheres idosas alfabetizadas na EJA se apropriam de práticas de numeramento.

Como também o envelhecimento é um processo social, ele é marcado por práticas discursivas do contexto social e pelas experiências pessoais de cada sujeito – práticas e experiências permeadas por valores hegemônicos dos grupos sociais específicos e da sociedade. Quantificação, ordenação, classificação, por exemplo, são práticas muito disseminadas, valorizadas e arraigadas em sociedades forjadas na racionalidade moderna. Assim, em nossa sociedade, práticas discursivas que envolvem cardinalidade, ordem, medidas, um certo modo de organizar e apreciar o espaço e as formas, padronização e classificação – a todas elas chamamos práticas de numeramento – se conformam em muitos de seus processos sociais e, de certa forma, conformam esses processos.

Por isso, identificar eventos em que mulheres idosas, alfabetizadas na EJA, apropriam-se de práticas socioculturais que envolvem ideias, procedimentos, princípios, regras, conceitos, habilidades ou conteúdos associados à matemática escolar, ajuda-nos a compreender os processos pelos quais essas mulheres lidam com o envelhecimento – especialmente nas suas relações com as aprendizagens e os conhecimentos, as vivências e as culturas, as memórias e os esquecimentos, os direitos e as expectativas.

Com efeito, o fato de demonstrarem envolvimento num projeto de alfabetização sugere que essas mulheres de alguma forma se indagam sobre o conhecimento e se disponibilizam a ocupar a posição de aprendizes. Os objetos de aprendizagem naquele contexto escolar, entretanto, ultrapassam a apropriação do sistema alfabético, pois incluem, de modo especial, conhecimentos matemáticos contemplados intencionalmente em atividades escolares e outros, convocados nas interações porque parametrizam diferentes práticas das quais aquelas mulheres idosas participam e conformam também as narrativas que elas tecem sobre tais práticas. Ocorreu-nos, pois, focalizar mulheres idosas protagonizando processos de apropriação de práticas de numeramento, em razão da carga de relações socioculturais que se engendram nessas práticas, produzem e tensionam discursos sobre mulheres e matemática; sobre mulheres, pobreza e velhice; sobre velhice e aprendizagem; sobre cognição, memória e envelhecimento; sobre cultura popular e cultura escolar; e sobre direito à educação e a projetos de vida. Essa produção e esse tensionamento de discursos estabelecem possibilidades e interdições à vivência da escolarização na velhice e à própria vivência da velhice de mulheres pobres e pouco escolarizadas.

“Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?”: análise social do discurso

Para analisar as interações em que identificamos a apropriação de práticas matemáticas – e que compõem, assim, eventos de numeramento –, adotamos a Análise Social do Discurso proposta por Norman Fairclough (2001) e buscamos compreender, na dinâmica discursiva de uma sala de aula de matemática da EJA, como aquelas mulheres idosas protagonizam práticas de significação do mundo, e não apenas de representação do mundo, “constituindo e construindo o mundo em significado” (p. 93).

O evento que aqui incorporamos à nossa discussão faz parte de uma sequência didática planejada pela professora da turma para abordar assuntos do cotidiano dessas mulheres em sala de aula. Após trabalhar com a leitura do rótulo impresso de um bolo de banana industrializado e criar uma situação de laboratório de sala de aula em que as estudantes analisaram diferentes tipos de rótulos de produtos que estavam no almoxarifado do Instituto, a professora propôs observar e fazer a leitura dos prazos de validade de determinados produtos dentro de um supermercado.

Inicialmente, com o auxílio e a condução da professora, as estudantes coletivamente elaboraram uma lista de produtos cujo prazo de validade elas gostariam de ver no supermercado⁷. Os produtos escolhidos foram: massa de tomate, produtos em sachê, arroz, fubá, feijão, açúcar, café, macarrão e leite. No entanto, à medida que as mulheres caminhavam pelos corredores do supermercado e observavam suas gôndolas, outros produtos despertavam comentários e curiosidades. Dentre esses produtos encontra-se a cerveja, destacada por Dona Cecília⁸, mulher de 91 anos de idade.

Na longa sequência discursiva que ocorreu durante a atividade proposta pela professora – de consulta dos prazos de validade de mercadorias disponíveis nas gôndolas de um supermercado –, observamos as estudantes da turma de alfabetização na EJA vivenciando processos de significação e forjando modos de apropriação de práticas de numeramento escolares, práticas de numeramento da vida social, práticas de consumo e práticas relacionadas ao processo de envelhecimento.

No decorrer da visita ao supermercado, após a passagem pelo setor de *hortifrúti*, para a surpresa da professora e das outras mulheres que caminhavam para o setor de produtos de higiene pessoal, Dona Cecília interrompeu o *script* da lista de produtos e sugeriu que elas “olhassem” o prazo de validade da cerveja.

⁷ A lista de produtos elaborada pelas alfabetizandas da EJA foi analisada em Grossi e Fonseca (2023).

⁸ As participantes da pesquisa autorizaram a utilização de seus verdadeiros nomes por meio de suas assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tabela 1.

“Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?” (Grossi, 2023, p. 232)

Aula do dia 20 de agosto de 2018 Segunda-feira – 08h às 10h – 54.º dia de observação de aula 3.º vídeo da filmagem - Tempo de gravação: 00:18 até 16:37 (Duração: 16min19s)		
Tempo de aula	Participante	Fala
		[As estudantes caminham do setor de hortifrúti para o setor de produtos de higiene pessoal.]
10:00	Dona Cecília (91 anos)	<i>E a cerveja? Ninguém quer olhar a validade, não?</i>
10:03	Flávia (pesquisadora)	<i>Oi?</i>
10:04	Dona Cecília (91 anos)	<i>Da cerveja?</i> [Gargalha junto com a pesquisadora.]
10:07	Flávia (pesquisadora)	<i>Aqui, Vanessa, ó!</i>
10:08	Olga (73 anos)	<i>Cerveja?</i>
10:09	Dona Cecília (91 anos)	<i>Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?</i>
10:12	Vanessa (professora)	<i>Uai, nós vai na cerveja. Cadê a cerveja?</i>
10:13	Dona Cecília (91 anos)	<i>Tem cerveja ali.</i> [Indica com as mãos a localização da gôndola onde ficam as bebidas alcóolicas.]
10:15	Vanessa (professora)	<i>Vamos lá então, uai... A senhora quer ver da cerveja, vamos olhar da cerveja, então.</i>
10:24	Dona Cecília (91 anos)	[Acaricia com as mãos um fardo de cerveja em lata.] <i>Da cerveja tá difícil, porque é pacote grande.</i>
10:27	Flávia (pesquisadora)	<i>Ali tem a lata, ó ...</i> [Mostra com uma das mãos as latas de cerveja avulsas, fora do fardo.]
10:32	Vanessa (professora)	<i>Tem? Ali tem...</i> [Aponta para as mesmas latas que a pesquisadora indicou.] <i>Anota aí, Séia, cerveja.</i> [Séia é o apelido da estudante Edilsea.]
10:42	Dona Cecília (91 anos)	<i>Vou tirar aqui pra nós ver.</i> [Retira uma lata de cerveja da gôndola e rapidamente procura o prazo de validade no fundo da lata. Olga aproxima-se de Dona Cecília para tentar ver o registro. Dona Cecília aperta os olhos para tentar enxergar a data de validade do produto.]
10:57	Vanessa (professora)	<i>Dona Cecília vai tomar uma cerveja.</i>
10:59	Edilsea (53 anos)	<i>Uai, eu não sabia que ela gostava não.</i>
11:01	Dona Zélia (61 anos)	<i>Ê, Dona Cecília, vai tomar uma cerveja, né?</i>
11:02	Dona Cecília (91 anos)	[Observa o fundo da lata de cerveja.] <i>Aqui não...</i> [Refere-se ao local em que procura o prazo de validade.] <i>Eu não tô achando, não.</i>
11:03	Vanessa (professora)	<i>Olha no fundo. Às vezes, tá no fundo, geralmente no fundo.</i>
11:06	Dona Cecília (91 anos)	[Observa, novamente, o fundo da lata de cerveja.] <i>Não, não tá, não.</i>
11:07	Vanessa (professora)	<i>Tá, alá.</i>

11:08	Dona Cecília (91 anos)	<i>Ah, tá.</i> [Aproxima dos olhos o fundo da lata de cerveja.]
11:09	Vanessa (professora)	<i>Bem pititiquinho.</i> [Pega a lata de cerveja das mãos de Dona Cecília para fazer a leitura do prazo de validade.]
11:09	Dona Cecília (91 anos)	<i>Mas tá tão miudinho.</i>
11:11	Vanessa (professora)	<i>Vamos ver.... Essa aqui não tem nem escrito 'validade'. Ela só tá o número, ó....</i> [Mostra para Dona Cecília a data impressa na lata.] <i>Dezesseis, anota aí, Séia, do doze de dois mil e dezoito.</i>
11:24	Dona Cecília (91 anos)	<i>Dezoito, né?</i>
11:24	Vanessa (professora)	<i>É. Tem que beber rápido, porque vence agora.</i> [Edilsea gargalha.]
11:26	Dona Cecília (91 anos)	<i>Vence agora. Tem que beber tudo, né?</i> [Gargalha junto com a professora.]

Queremos mostrar, em primeiro lugar, a transgressão do roteiro inicial da atividade, acordado na sala de aula quando foi elaborada a lista de produtos cujo prazo de validade as estudantes iriam pesquisar no supermercado. Esse roteiro não foi completamente ignorado, mas o conjunto de produtos contemplados foi acrescido daqueles pelos quais as estudantes viram surgir seu interesse quando trafegavam pelos corredores do supermercado – interesse que tem relação direta com seus hábitos de consumo, com suas curiosidades em relação aos produtos (“*E a cerveja, ninguém quer olhar a validade, não?*”; “*Vamos ver ... Esmalte.*”) e com o modo como neles atua a definição (e o registro) da validade (“*Mas tá tão miudinho*”; “*Vence agora. Tem que beber tudo, né?*”).

De certo modo, o fato de serem mais velhas do que a professora e estarem num outro território, diferente da sala de aula, também as autorizava a essa transgressão, que foi, mais do que consentida, incentivada pela professora, que aderiu às disposições das estudantes e assumiu na interação o papel de uma personagem contaminada pela curiosidade e o entusiasmo das estudantes (“*Uai, nós vai na cerveja. Cadê a cerveja?*”⁹).

Além disso, também no desempenho da atividade proposta pela professora, vemos que, ao mesmo tempo em que as estudantes, alfabetizadas na EJA, mobilizavam sistemas de codificação, símbolos e significados que estruturam, parametrizam e são utilizados na representação dos prazos de validade, elas também contemplavam, manifestavam-se, solidarizavam-se, acolhiam, usufruíam, postergavam e tensionavam as condições do próprio processo de envelhecimento – em especial, as condições inerentes ao envelhecimento feminino. A partir dos tensionamentos protagonizados pelas alfabetizadas, que se posicionavam não

⁹ Em diversas oportunidades, identificamos enunciações em que a professora Vanessa desconsidera a concordância verbal como uma estratégia retórica, que a faz assumir uma personagem que conquistaria a intimidade das estudantes por uma identificação estilística com seu discurso.

somente como mulheres de aprendizagens, mas também como mulheres de conhecimentos, de culturas, de vivências, de memórias e de esquecimentos, de direitos e de expectativas, consideramos atravessamentos e deslocamentos no processo de envelhecimento, vivenciado por essas mulheres nessa etapa da vida, numa situação de alfabetização escolar.

Durante a leitura e a avaliação dos prazos de validade dos produtos, as estudantes exibiram conhecimentos apropriados ao longo da vida, expuseram desejos e desfrutaram das possibilidades oportunizadas e autorizadas pelo envelhecimento. No entanto, esses conhecimentos, desejos e possibilidade também evidenciam restrições dos corpos envelhecidos, como as limitações visuais e os problemas relacionados à diabetes, por exemplo. Assim, saberes e restrições próprios da vida vivida, manifestaram-se quando, dentro do supermercado, as estudantes tomaram os produtos nas mãos e fizeram alguma inferência sobre eles ou a partir deles – para detalhar receitas, fazer propagandas, entreter-se, relembrar situações, revelar preferências e prazeres, mas também sinalizar interdições ou dificuldades.

A manifestação de sua apreciação sobre os produtos e a avaliação da possibilidade de sua compra ou de seu consumo, contestando ou reiterando representações estereotipadas do envelhecimento feminino, difundidas por perspectivas elitistas, machistas, racistas e etaristas, tensionam e diversificam os modos de representar, repensar e vivenciar essa etapa da vida. A intervenção das estudantes na atividade proposta no contexto escolar, mas desenvolvida em outro território, lhes permite encontrar no tempo presente novas vivências ou novas significações para suas vivências. É nessa perspectiva que nos ocorre considerar a manifestação de seu interesse e de sua preocupação, bem como o acesso e a permissão que conquistaram para consumir – e revelar que consomem – bebidas alcoólicas: *“Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?”*; *“É, Dona Cecília, vai tomar uma cerveja, né?”*; *“Uai, eu não sabia que ela gostava não”*.

Com efeito, essas manifestações que veiculam possibilidade de novas vivências e novas formas de liberdade são também modos de superação de privações e proibições vivenciadas por essas mulheres em diversas etapas da vida, contrariando, como observa Debert (2004), a associação direta que se faz entre velhice e perdas: *“A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal”* (p. 14). Além disso, essas manifestações sobrepõem-se à visão de que a mulher idosa ou em processo de envelhecimento, *“tem a vivência de quem não desperta interesse, não recebe convites, de que é ‘diferente’. É a sensação de quem se sente à margem, exatamente porque, material ou simbolicamente, está posto à margem mesmo”* (Britto da Motta, 2018, p. 89).

Com efeito, conduzida pela busca do prazer e da satisfação pessoal, Dona Cecília (91 anos) se interessa – e convoca as colegas a esse interesse – pela identificação do prazo de validade da cerveja (“*Da cerveja, cês não quer tirar a validade, não?*”), o que, de certo modo, provoca a surpresa (“*Uai, eu não sabia que ela gostava, não.*”), a curiosidade (“*Cerveja?*”) e galhofas entre as estudantes (“*É, Dona Cecília, vai tomar uma cerveja, né?*”). A enunciação de Dona Cecília produz efeitos em suas interlocutoras, induzindo reações, inclusive, na pesquisadora, que se surpreende com o interesse daquela mulher idosa (“*Oi? ... Aqui, Vanessa, ó!*”) e da professora, que se entusiasma com esse interesse (“*Vamos lá então, uai... A senhora quer ver da cerveja? Vamos olhar da cerveja, então.*”).

Entretanto, ao mesmo tempo em que Dona Cecília, uma mulher de 91 anos de idade, apresenta entusiasmo por protagonizar uma prática de numeramento de leitura do prazo de validade da cerveja (“*Tem cerveja ali... Vou tirar aqui pra nós ver.*”) (Figura 1), – porque a propõe, está conquistando as habilidades necessárias para desempenhá-la e porque lhe atribui um sentido próprio –, ela se depara com (e enfrenta) as limitações do corpo envelhecido, as quais impedem que ela enxergue a informação na embalagem: “*Aqui não... Eu não tô achando não.*”; “*Não [a validade], não tá não.*”; “*Mas tá tão miudinho.*”



Figura 1.

Dona Cecília retira o latão de cerveja da gôndola (Grossi, 2023, p. 238)

Para localizar a informação no rótulo do produto, Dona Cecília aproxima dos olhos o fundo da lata – como havia acabado de aprender enquanto buscavam a localização do registro do prazo de validade da massa de tomate (Figuras 2 e 3) – e conta com a ajuda de Olga (73 anos) que, a despeito de ser evangélica¹⁰, aproximou-se da colega e se dispôs a auxiliá-la a encontrar e a ler a data de validade na lata da cerveja (Figuras 4).

¹⁰ Nas comunidades evangélicas, em geral, desaconselha-se ou proíbe-se o consumo de bebidas alcoólicas.



Figura 2

Dona Cecília faz a leitura do prazo de validade na embalagem da massa de tomate (Grossi, 2023, p. 238)



Figura 3.

Dona Cecília faz a leitura do prazo de validade na embalagem da cerveja (Grossi, 2023, p. 239)



Figura 4.

Dona Cecília e Olga se aproximam da lata de cerveja (Grossi, 2023, p. 239)

As primeiras cervejas que Dona Cecília localizou na gôndola estavam embaladas em fardos de 12 “latões” (lata de 473mL), reunidas numa embalagem plástica. Dona Cecília até aventou a possibilidade de manusear um fardo completo de cervejas para fazer a leitura do prazo de validade: *“Da cerveja tá difícil, porque é pacote grande”*. Entretanto, encontrando as latas avulsas, tomou nas mãos apenas uma lata do produto e nos permitiu testemunhar sua apropriação da prática de leitura do prazo de validade não apenas em sua dimensão sintática – ao buscar o registro do prazo de validade numa face plana exterior da lata de cerveja, exibindo habilidades associadas ao manejo da embalagem para localização da informação no texto rótulo; e ao associar os números lidos pela professora (*“Dezesseis, anota aí, Séia, do doze de dois mil e dezoito.”*) à sua função no texto –, mas também em sua dimensão semântica e pragmática, operando com o significado daqueles números (*“Dezoito, né?”*) e considerando, em tom de pilhéria, a consequência dessa informação: *“Vence agora. Tem que beber tudo, né?”*

O chiste de Dona Cecília reitera que o discurso, como nos adverte Fairclough (2001), “é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (p. 91). Em seu argumento, o autor distingue três aspectos dos efeitos construtivos do discurso:

O discurso contribui em primeiro lugar para a construção do que variavelmente é referido como identidades sociais e posições de sujeito para os sujeitos sociais e os tipos de eu. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. Terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. (Fairclough, 2001, p. 91)

Dona Cecília não compraria (ao menos naquele dia) aquela cerveja e nem suas colegas a beberiam – nem uma lata e muito menos toda! Mas a observação jocosa que ela enunciou demarca a transgressão de uma identidade social de “velhinha recatada”, construindo, pois, para si e para mulheres idosas, uma nova identidade social de mulher com direito ao lazer, ao consumo e ao prazer. O engajamento das colegas nesse discurso expresso nos comentários que ajudaram a constituir a cena estabeleceu, em outros termos, a relação social que conectou alunas e professora, sujeitos e pesquisadora, colegas alfabetizadas, ou consumidoras em envelhecimento. Além disso, toda a interação provocada pelo interesse de Dona Cecília em verificar o prazo de validade da cerveja contribuiu para a construção (e a desconstrução) de sistemas de conhecimento e crença sobre o consumo de cerveja, sobre sua conservação, sobre atitudes de consumidoras, sobre comportamento de mulheres idosas, negras, pobres e alfabetizadas na EJA.

Apesar das restrições que o processo de envelhecimento impõe a certas capacidades físicas, parece que, para essas mulheres que se dispuseram a se alfabetizar nessa fase da vida, aquele processo também permite novas formas de liberdade que se unem a novos valores, novos comportamentos, novos desejos, novas percepções de mundo e de si, novas reflexões sobre a vida, novos posicionamentos, novas conquistas, novos sonhos e novos projetos de vida. Nessa direção, o envelhecimento passa a ser uma fase da vida em que as mulheres se sentem autorizadas, inclusive, a transgredir o que é socialmente dito e esperado da condição de mulheres idosas. Com efeito, Dona Cecília, mesmo apresentando limitações visuais para fazer a leitura de prazos de validade e reconhecendo discursivamente sua condição de mulher envelhecida, marcada na aparência física pela cor de seus cabelos (“*Nós dois tá com a cabecinha branquinha, né?*”), sente-se autorizada tanto a sugerir o consumo de uma lata de cerveja, como a acariciar os cabelos de um homem que não é de suas relações pessoais – o proprietário do estabelecimento –, em um ambiente público, sendo observada por várias pessoas. E ainda fazer um comentário, propositadamente de duplo sentido:

Tabela 2.

“*Nós dois tá com a cabecinha branquinha, né?*” (Grossi, 2023)

Aula do dia 20 de agosto de 2018 Segunda-feira – 08h às 10h – 54.º dia de observação de aula 3.º vídeo da filmagem - Tempo de gravação: 00:18 até 16:37 (Duração: 16min19s)		
Tempo de aula	Participante	Fala
07:32	Dona Cecília (91 anos)	[Para no corredor e cumprimenta o dono do supermercado.] <i>Nós dois tá com a cabecinha branquinha, né? ...</i> [Passa a mão nos cabelos do dono do supermercado.] <i>Até que enfim eu passei a mão na cabeça de um homem hoje.</i> [Dona Cecília, Dona Terezinha, Olga e o dono do supermercado gargalham.]
07:51	Flávia (pesquisadora)	<i>É?</i>
07:53	Dona Cecília (91 anos)	[Olha na direção da pesquisadora e comenta:] <i>Passei a mão na cabeça.</i> [A pesquisadora gargalha.] <i>Passei a mão na cabecinha dele, tadinho. Ele é bonzinho.</i>

De certa forma, ao fazer galhofa com o consumo de cerveja ou sobre carícias numa pessoa do sexo oposto, Dona Cecília, mesmo sofrendo as agruras do corpo envelhecido e as implicações físicas, psicológicas, sociais e culturais que elas trazem consigo, parece exercer o que Debert (1994, 2004) e Britto da Motta (1998, 2002) chamam de “novas formas de liberdade”. Ter conquistado a marca de 91 anos parece dispensá-la de atender aos padrões impostos socialmente e permite que ela experimente o seu tempo. Subvertendo a lógica do que é ser “velha”, Dona Cecília e muitas mulheres idosas assumem o tempo presente com a

oportunidade que ele lhes proporciona: de emancipação de certas responsabilidades e de vários compromissos; de alforria dos preceitos que se estabelecem sobre as mulheres; de direito à diversão e de empoderamento, ainda que não estejam imunes aos ditames do corpo envelhecido (Gerolamo, 2019).

De fato, esses ditames do corpo envelhecido, como a limitação das capacidades visuais, podem, sim, interditar ou excluir essas mulheres alfabetizadas de práticas de numeramento escolares ou de outras instâncias da vida social, como as que engendram o registro e a leitura do sistema de códigos para expressão de prazos de validade.

Ao longo da atividade no supermercado, não foi somente Dona Cecília que manifestou dificuldades decorrentes de baixa visão, pois observamos várias colegas protestarem contra suas limitações visuais, que as impediam de visualizar os registros ou as levavam a confundir-se, devido ao tamanho ou ao formato das letras e dos algarismos e ao pouco realce da informação¹¹. Em atenção a essa dificuldade visual das estudantes, a professora, a pesquisadora e mesmo algumas colegas se mobilizaram para auxiliá-las quando as perceberam aproximando as embalagens dos olhos ou afastando-as para melhor enxergá-las: “*Olha no fundo. Às vezes, tá no fundo, geralmente no fundo.*”; “*Bem pititiquinho.*”; “*Vamos ver... Essa aqui não tem nem escrito ‘validade’. Ela só tá o número, ó ...*”.

Portanto, consideramos que a observação dessa atividade escolar, desenvolvida pela professora Vanessa e suas estudantes dentro de um supermercado, não apenas permite-nos compreender como práticas de numeramento de leitura e registro de prazos de validade são apropriadas “*na prática*”, em atendimento à intenção pedagógica da professora, mas, sobretudo, ajuda-nos a perceber as condições do envelhecimento feminino, constituindo e sendo constituídas nesses processos de apropriação.

Considerações finais

A escolha do contexto escolar para focalizar mulheres idosas protagonizando modos de apropriação de práticas de numeramento escolares reitera o direito humano e constitucional desse público à educação escolar. Os sentidos que elas atribuem à experiência escolar nessa

¹¹ A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2002) é também responsável pelas normas e regulamentações relativas à rotulagem de embalagens. A agência estabelece que é vedado ao texto do rótulo “utilizar vocábulos, sinais, denominações, símbolos, emblemas, ilustrações ou outras representações gráficas que possam tornar a informação falsa, incorreta, insuficiente, ou que possa induzir o consumidor a equívoco, erro, confusão ou engano, em relação à verdadeira natureza, composição, procedência, tipo, qualidade, quantidade, validade, rendimento ou forma de uso do alimento” (3.1a). Segundo a ANVISA, o prazo de validade deve ser informado de maneira clara, precisa e colocado em local legível na embalagem.

fase da vida, porém, ainda precisam ser discutidos, considerando-se diversos condicionantes e perspectivas que envolvem possibilidades e restrições ao acesso e usufruto do direito à educação por todas as pessoas.

De modo especial, a abordagem escolar conferida à leitura dos prazos de validade proporcionaria às estudantes, mesmo que tardiamente, a possibilidade de entrar em estabelecimentos comerciais, acompanhadas ou sozinhas, retirar da gôndola um produto, fazer a leitura das informações registradas na embalagem, e, eventualmente, considerá-las em sua decisão de efetuar a compra ou de consumir o produto.

Embora a ação pedagógica da professora busque promover o domínio dos aspectos sintáticos e semânticos do sistema de representação dos prazos de validade, são as questões pragmáticas envolvidas nas práticas de escrita e leitura da informação estampada nas embalagens que provocam e incentivam essas mulheres a buscar compreender o funcionamento do sistema e do significado do registro produzido com os símbolos que o compõem. Com efeito, a privação dessa compreensão, ditada por sua condição socioeconômica, que se reflete também na exclusão do sistema escolar, interditou-as, ao longo de muitos anos, no exercício do direito ao acesso e à eventual consideração da informação “*prazo de validade*” ou “*data de vencimento*” em suas tomadas de decisão como consumidoras. Por essa razão, estar na escola e apropriar-se do modo como ela mobiliza, estrutura, ensina e lida com o *gênero textual rótulo*, de certa forma também as habilita a compreender e questionar as condições de produção desse *texto*, registrado na embalagem para atender a normas e exigências legais da sociedade quanticrata, industrializada e capitalista em que vivem.

Por sua vez, os significados produzidos em uma situação de alfabetização escolar também constituem as alfabetizandas, porque oportunizam e configuram modos de essas mulheres assumirem – pelo que dizem e pelo que calam – sua condição de mulheres de aprendizagens e de conhecimentos, de vivências e de culturas, de memórias e de esquecimentos, de direitos e de expectativas.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2002). *Resolução da diretoria colegiada – RDC Nº 259, de 20 de setembro de 2002*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0259_20_09_2002.html
- Arroyo, M. (2017). *Passageiros da noite: do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Vozes.

- Bloome, D. (2012). Classroom ethnography. In M. Grenfell, D. Bloome, C. Hardyryl, K. Pahl, J. Rowsell, & B. Street, *Language, Ethnography, and Education: Bridging new literacy studies and Bourdieu* (pp. 7-26). Routledge.
- Britto da Motta, A. (1998). Chegando pra idade. In M. M. L. Barros (Org.), *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (pp. 223-235). Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Britto da Motta, A. (2002). Envelhecimento e sentimento do corpo. In M. C. S. Minayo, & C. Coimbra Junior (Orgs.), *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 37-50). <http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043-04.pdf>
- Britto da Motta, A. (2018). Idade e solidão: a velhice das mulheres. *Revista Feminismos*, 6, 88-96.
- Buaes, C. S. (2011). *Sobre a construção de conhecimentos em interação social: uma experiência de educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular*. [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/33670>
- D'Ambrosio, U. (1997). Ethnomathematics and its place in the history and Pedagogy of Mathematics. In A. B. Powell, & M. Frankenstein (Orgs.), *Ethnomathematics: Challenging eurocentrism in Mathematics Education* (pp. 13-24). State University of New York.
- Debert, G. G. (1994). Gênero e envelhecimento. *Revista de Estudos Feministas*, 2(3), 33-51.
- Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (1ª ed.). Editora Universidade de Brasília.
- Fonseca, M. C. F. R. (2009). Conceito(s) de numeramento e relações com o letramento. In C. E. Lopes, & A. Nacarato (Orgs.), *Educação Matemática, leitura e escrita: armadilhas, utopias e realidade* (pp. 47-60). Mercado de Letras.
- Fonseca, M. C. F. R. (2017). Práticas de numeramento na EJA. In R. Catelli Junior (Org.), *Formação e prática na educação de jovens e adultos* (pp. 105-115). Ação Educativa.
- Fonseca, M. C. F. R., & Grossi, F. C. D. P. (2023). Pessoas constituindo-se como sujeitos sociais na apropriação de práticas de numeramento. *Prometeica – Revista de Filosofia y Ciencias*, 27, 483-493. <https://doi.org/10.34024/prometeica.2023.27.153355>
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido* (1ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (1ª ed.). Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1982). *A importância do ato de ler em três artigos que se completam* (1ª ed.). Cortez; Autores Associados.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido* (1ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (1ª ed.). Unesp.

- Galvão, A. M. O. (s.d.). Cultura escrita. *Glossário CEALE: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/cultura-escrita>
- Gerolamo, J. C. (2019). *O tempo não para: o envelhecimento feminino como ato revolucionário* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista]. <http://hdl.handle.net/11449/191056>
- Grossi, F. C. D. P. (2014). *Os diferentes “lugares” que a escola, a leitura, a escrita e aula de Matemática têm na vida dos alunos que estão na Terceira Idade* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei]. <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Flavia%20Cristina%20Duarte.pdf>
- Grossi, F. C. D. P. (2021). “*Mas eles tinha que pôr tudo aí, ó! Isso tá errado, uai... Seis... Eu vou mandar uma carta prá lá que ele não tá falando direito, não!*”: mulheres em processo de envelhecimento, alfabetizadas na EJA, apropriando-se de práticas de numeramento escolares [Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais]. <http://hdl.handle.net/1843/38595>
- Grossi, F. C. D. P., & Fonseca, M. C. F. R. (2023). “*Porque não presta atenção nesses produtos. Tem validade também, né?*”. Mulheres em processo de envelhecimento, alfabetizadas na EJA, apropriando-se de práticas de numeramento escolares. In G. H. G Silva, & R. S. Julio (Orgs.), *Educação Matemática para e com idosos: práticas pedagógicas e pesquisas emergentes* (pp. 97-125). Dialética. <https://loja.editoradialetica.com/loja/produto.php?loja=791959&IdProd=1244249157&iniSession=1&6466795f5e958>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação*. Brasília.
- Lei n. 10.741, de 3 de outubro de 2003. (2003). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília.
- Lima, L. F. (2015). *Conversas sobre matemática com pessoas idosas, viabilizadas por uma ação de extensão universitária*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. <http://hdl.handle.net/11449/127769>
- Mangueira, R. T. S. (2017). *Matemática no cotidiano de pessoas idosas (PIs): memórias, saberes e práticas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática]. <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2780>
- Marinho, M. (2010). Letramento: a criação de um neologismo e a construção de um conceito. In M. Marinho, & G. T. Carvalho (Orgs.), *Cultura escrita e letramento*. Editora UFMG.
- Martins, G. A. (2016). *Habilidades numéricas básicas: escolarização e envelhecimento normal e patológico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Biológicas]. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B42NMA>
- Ministério de Educação (MEC). (2000). *Parecer CNE/CEB/11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Ministério de Educação e Cultura, Brasília.
- Oliveira, R. C. S. (2013). A pesquisa sobre idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). *Acta Scientiarum Educacion*, 35(1), 79-87.

Scagion, M. P. (2018). *Representações sociais de pessoas idosas sobre matemática*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas].

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_599fafa328c325f31e319db9b641f1bf

Smolka, A. L. B. (2000). O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. *Caderno Cedes*, 1(50), 26-40.

Soares, M. (2001). *Letramento: um tema em três gêneros*. Autêntica.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Data: 15 de agosto de 2023.

Revisora de português: Leda Maria de Souza Freitas Farah

Tradutora: Maria Isabel de Castro Lima